



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIO VERMELHO/MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2021

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 048/2021

3S SOLUÇÕES MÉDICAS S/A, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 40.084.157/0001-67, com sede na Av. João César de Oliveira n.º 2705, CEP: 32.315-000, Bairro Eldorado, Contagem/MG, neste ato representado por seu diretor CÁSSIO PENA RODRIGUES brasileiro, Bacharel em Direito, portadora do CPF n.º 114.608.236-30 e do documento de identidade MG-16.888.999, SSP/MG, vem com o devido respeito e acatamento à presença de V. Sa., inconformado com a respeitável decisão que, indevidamente, classificou a proposta comercial da licitante CUIDAR CLIN LTDA-ME, a declarou vencedora do item n.º 04 do objeto em disputa e posteriormente a julgou habilitada, tendo manifestado no imediata, tempestiva e motivadamente a intenção de recorrer, com esteio no inciso XVIII do art. 4.º e art. 9.º da Lei 10.520/02 e art. 109, I, 'a' e § 2.º da ainda vigente Lei 8.666/93, apresentar suas **RAZÕES DE RECURSO C/ PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO**, pelos fundamentos legais e jurídicos doravante expostos:

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

DA TEMPESTIVIDADE E DO EFEITO SUSPENSIVO

A decisão ora recorrida, que classificou e habilitou a licitante ora recorrida, CUIDAR CLIN LTDA-ME, ocorreu no dia 04/11/2021, uma quinta-feira, ocasião em que a ora recorrente manifestou motivadamente a intenção de recorrer, conforme consta da ata da sessão, passando a correr desta data, com exclusão do *dies a quo*, o tríduo legal previsto para apresentação das razões recursais.

Com efeito, na presente data o recurso interposto é plenamente tempestivo, pois com a exclusão do dia de início (quinta-feira) e inclusão do primeiro dia útil seguinte (sexta-feira), o prazo venceria no domingo, 07/11/2021, sendo prorrogado para a segunda-feira imediata, preenchendo assim a licitante ora recorrente este requisito de admissibilidade e devendo ser assim conhecido.

Já em relação ao pedido de efeito suspensivo, insta transcrever o que dispõe o § 2.º do art. 109 da LLC, *in verbis*:

Art. 109. [...]

*§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo **terá efeito suspensivo**, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.*(Grifo nosso)

Desse modo, a concessão do efeito suspensivo a este recurso é obrigatória, pois o texto normativo preconiza que o “RECURSO TERÁ”, não deixando margem para juízo de conveniência, sendo, pois, uma norma cogente, compulsória.

Inobstante o expendido, não há que se cogitar da inaplicabilidade do art.109 da Lei de Licitações ao caso, pois o art. 9.º da Lei do Pregão admite sua aplicação, senão leiamos:

Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Além do mais, como a causa de pedir do presente recurso é fundamentada na classificação e habilitação indevidas do licitante vencedor do item 4 (alínea ‘a’ do inciso I do art. 109 da LLC), perfaz-se perfeitamente cabível o pedido de efeito suspensivo, mormente porque as ilegalidades flagrantemente praticadas no ato recorrido fazem exsurgir razões de interesse público para tanto, consistentes na necessidade de se fazer excluir ilegalidades e possíveis fraudes que estão a restringir a competitividade do certame, em clara ofensa à legislação pátria, como restará demonstrado.

DO MÉRITO

DAS RAZÕES RECURSAIS

Trata o presente certame de PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE RIO VERMELHO/MG, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL.

Deflagrado o processo licitatório e abertas as propostas, passou-se à etapa de lances, onde a ora recorrente (3S SOLUCOES MÉDICAS LTDA) ofertou o menor lance para os itens 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8 e a recorrida (CUIDAR CLIN LTDA-ME) ofertou o menor lance para o item 4, sendo assim declaradas vencedoras.

No entanto, foram verificadas irregularidades e ilegalidades na condução do certame que carrearam na classificação e habilitação indevidas da licitante recorrida CUIDAR CLIN LTDA-ME e que motivaram a interposição do presente recurso, conforme passaremos a enumerar.

- 1) A proposta comercial da empresa CUIDAR CLIN LTDA-ME foi apresentada em desacordo com os preceitos dos itens 6.1.1, 6.1.1.1 e 6.1.2 do edital, violando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3.º da Lei 8.666/93 ao deixar apresentar a proposta em papel timbrado próprio apresentando com o timbre da Prefeitura de Rio Vermelho, o que deveria ter acarretado na sua desclassificação, o que foi desprezado pela pregoeira no julgamento do certame;
- 2) A licitante recorrida, CUIDAR CLIN LTDA-ME, deixou de apresentar o documento de habilitação fiscal previsto no item 7.2.2.2 do edital, consistente na prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, o que deveria ter sido exigido, no prazo e forma legais, sob pena de inabilitação por violação aos arts. 3.º e 29, II, da Lei 8.666/93, mas também foi ignorado pela pregoeira; e
- 3) A licitante recorrida, CUIDAR CLIN LTDA-ME, deveria ter sido inabilitada por apresentar certidão negativa de débitos federais vencida e não apresentar comprovante de inscrição regular no cadastro de contribuintes municipais de sua sede (requisitos exigidos pelos itens 7.2.2.2 e 7.2.2.3 do edital e art. 29, II e III, da Lei 8.666/93, uma vez que em virtude de seu sócio-administrador, João Paulo II de Souza, integrar GRUPO ECONÔMICO composto por 03 (três) empresas, cujo rendimento extrapola os limites legais, não poderia se beneficiar do prazo previsto no § 1.º do art. 43 da LC 123/06 para comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, razão pela qual deveria ter sido imediatamente inabilitada.

Diante disso, em virtude de ter a decisão recorrida inobservado que a empresa declarada vencedora descumpriu os requisitos legais e editalícios acima, imprescindível a interposição do presente recurso, a fim de obter sua desclassificação e/ou inabilitação, conforme passaremos a demonstrar.

DA NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA CUIDAR CLIN LTDA-ME EM RAZÃO DE TER APRESENTADO PROPOSTA EM DESACORDO COM OS ITENS 6.1.1, 6.1.1.1 E 6.1.2 DO EDITAL.

Conforme é possível aferir do edital do certame, os itens 6.1.1, 6.1.1.1 e 6.1.2 assim determinam:

6.1.1. *A proposta deverá ser digitada utilizando-se a **PLANILHA ELETRÔNICA GERADA PELO SISTEMA DE COMPRAS HLH2**, e quando da abertura da sessão, na fase de recebimento das propostas, a licitante deverá apresentar a planilha preenchida com as mesmas informações indicadas na proposta impressa.*

6.1.1.1. *O desatendimento à cláusula 6.1.1, poderá ensejar em desclassificação do licitante, salvo se apresentada justificativa aceita pela pregoeira e equipe de apoio.*

6.1.2. *A empresa deverá apresentar a proposta impressa em papel timbrado da Empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, nome do proponente, número do CNPJ da Empresa, endereço. Deverão constar a proposta:*

Entretanto, a proposta da recorrida deixou de observar tais requisitos, pois não preencheu a proposta em papel timbrado da empresa, o que viola letalmente os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, estatuídos no art. 3.º da Lei 8.666/93 da seguinte forma:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Grifamos)

No entanto, conforme consta da ata da sessão de julgamento, provocada a decidir a respeito, a pregoeira decidiu, *data máxima vênia* equivocadamente, que a proposta estava em conformidade com o edital, pois as irregularidades seriam meras formalidades.

Porém, assim decidindo, a julgadora do certame incorreu em violação aos princípios legais da igualdade, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, pois o EDITAL É A LEI DO CERTAME. Por isso, cometeu-se grave equívoco que precisa ser corrigido por meio deste recurso.

Corroborando tal entendimento, citamos a doutrina tradicional de Hely Lopes Meirelles:

"O julgamento das propostas é ato vinculado às normas legais e ao estabelecido no edital, pelo que não pode a Comissão desviar-se do critério fixado, desconsiderar os fatores indicados ou considerar outros não admitidos, sob pena de invalidar o julgamento." (Direito Administrativo Brasileiro, RT, 16ª Ed., págs. 256 e 259)

Não obstante, costuma-se dizer que "o edital é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório ..." (Maria Sylvia Zanella di Pietro, Direito Administrativo, Atlas, 1994, 4ª edição, pág. 283).

Nesse talante, se a administração não entendia conveniente exigir o que consta de seu edital deveria tê-lo retificado. Se a exigência não é ilegal e consta do instrumento convocatório, é obrigação do agente público cumprir suas determinações, sob pena de incorrer em prevaricação por violação aos princípios do julgamento objetivo e da isonomia, o que também é vedado. Nesse diapasão, o recente precedente jurisprudencial:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. **PREGÃO. PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSITIVO.** A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. **Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a atuação da Administração, impondo-lhe a desclassificação de licitante que descumpre as exigências previamente estabelecidas no ato normativo.** Não há irregularidade na inabilitação de participante que não atendeu integralmente às exigências editalícias, previamente estabelecidas. Decisão mantida. agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AG: 50035356220214040000 5003535-62.2021.4.04.0000, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 14/07/2021, QUARTA TURMA. Grifamos)

Trocando em miúdos, não cabe à julgadora fazer juízo de valor sobre a norma editalícia, mas deve cumpri-la objetivamente, sob pena de praticar o crime de prevaricação.

Assim, sob pena da prática de prevaricação por inobservância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3.º da Lei 8.666/93, deve a pregoeira retratar-se ou a autoridade superior dar provimento ao recurso, para invalidar a decisão que classificou a proposta da empresa CUIDAR CLIN LTDA-ME e desclassificá-la, tornando sem efeitos os atos subsequentes que a declararam vencedora do item 4 e a habilitaram.

DA OBRIGATORIEDADE EDITALÍCIA E LEGAL DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO FISCAL PREVISTO NO ITEM 7.2.2.2 DO EDITAL.

O instrumento convocatório do certame em testilha, simetricamente ao que dispõe o art. 29, II, da Lei 8.666/93, na parte que trata dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, assim determinou:

7.2.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Lei 8666/93, art. 29, II;

Todavia, para espanto da ora recorrente, instada sobre a ausência de tal documento pela empresa ora recorrida, a pregoeira oficial decidiu que, como existe nos autos certidão municipal contendo o número da inscrição municipal da empresa CUIDAR CLIN LTDA, tal irregularidade estaria suprida, e ato contínuo a julgou habilitada.

No entanto, mais uma vez incorreu em erro grave, pois a certidão mencionada na ata de julgamento não serve para efeito de verificação de REGULARIDADE FISCAL, sendo imperiosa a sua exigência, sob pena de inabilitação. Nesse sentido, milita a inteligência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio da recentíssima decisão, *in verbis*:

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO. DEER/MG. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) E SISTEMA DE SONORIZAÇÃO NOS TERMINAIS METROPOLITANOS DE INTEGRAÇÃO DE TRANSPORTES. APRESENTAÇÃO DE ALVARÁ DE

LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO COMO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES. IMPOSSIBILIDADE. INABILITAÇÃO DA EMPRESA. LEGALIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS. SENTENÇA REFORMADA. SEGURANÇA DENEGADA. 1. A controvérsia cinge-se a perquirir a legitimidade do ato de inabilitação do processo licitatório deflagrado pelo DEER/MG, regido pelo Edital nº 038/2019, de empresa que, a fim de comprovar sua inscrição no cadastro municipal de contribuintes, apresentou o alvará de localização e funcionamento. 2. A exigência do comprovante de inscrição no cadastro municipal de contribuintes não se me afigura excesso de formalismo, mas zelo em se garantir o fiel cumprimento das obrigações fiscais por parte de quem se predispõe a participar do certame. 3. Nesse norte, conquanto o alvará de localização e funcionamento apresentado na fase de habilitação faça remissão ao número de inscrição da empresa no cadastro municipal de contribuintes, tal documento apenas comprova o atendimento de sua sede administrativa ao código de posturas da municipalidade. Daí se conclui que, por não guardar qualquer relação com a situação fiscal do contribuinte, não pode servir ao fim colimado. 4. Assim, não se pode acoimar de ilegal o ato administrativo de desclassificação da empresa que, em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, baseou-se em previsão expressa do edital, bem como na disciplina legal do art. 29, II, da Lei nº 8.666/93. (TJMG - Ap Cível/Rem Necessária 1.0000.20.018040-4/003, Relator(a): Des.(a) Bitencourt Marcondes, 19ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/06/2021, publicação da súmula em 29/06/2021)

Diante disso, sob pena de incorrer em ilegalidade e violação ao princípio da vinculação ao edital, deve ser provido este recurso, a fim de reformar a decisão que dispensou a licitante CUIDAR CLIN LTDA de apresentar o documento exigido pelo art. 29, II, da Lei 8.666/93, determinando sua inabilitação.

COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA – PRAZO DO ART. 43, § 1.º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 – GRUPO ECONÔMICO – VEDAÇÃO LEGAL – INABILITAÇÃO IMEDIATA – OBRIGAÇÃO.

Como é cediço, a Lei Complementar Federal 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser

dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, disciplinou em seu art. 43, caput e §1.º, que na hipótese de serem constatadas restrições na documentação fiscal e trabalhista das MEs ou EPPs, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação.

Todavia, muito embora a documentação da licitante CUIDAR CLIN LTDA a aponte como ME/EPP, o fato é que a referida empresa integra grupo econômico, onde seus sócios, JOÃO PAULO II DE SOUZA e PRISCILA ALVES PEREIRA BATISTA possuem no mínimo outras 03 (três) empresas, cujo faturamento, somado, extrapola o limite legal admitido e por isso não podem se beneficiar do tratamento favorecido e diferenciado implantado pela LC 123/06.

Portanto, não poderia ter sido beneficiada pela dilação de prazo que lhe foi concedido para regularizar sua situação perante a Receita Federal, mas sim deveria ter sido de pronto inabilitada, haja vista encontrar óbice no disposto pelo § 4.º do art. 3.º da Lei Complementar 123/2006.

Senão vejamos.

O referido § 4.º do art. 3.º da LC 123/06 estabelece EXCEÇÕES à concessão de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive sobre o empate ficto. Eis sua redação:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Nesse talante, no que tange à impossibilidade de concessão do benefício do art. 43, § 1.º da LC 123/06 a microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem nas exceções do § 4.º do art. 3.º da LC 123/06, importante citar o recente precedente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO. EMPATE FICTO. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESA, COM BASE NOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE PREVISTOS NOS ARTIGOS 44 E 45 DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006. IMPROPRIEDADE. ENQUADRAMENTO DA LICITANTE SEM OS REQUISITOS MÍNIMOS. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. SENTENÇA CONFIRMADA. - De acordo com o artigo 44 da Lei Complementar n. 123/2006, será assegurada nas licitações, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte nas situações relacionadas a empate presumido. - Contudo, deve ser afastada a utilização do benefício do regime jurídico de microempresa para fins de desempate no procedimento licitatório, se a pessoa jurídica não atender aos pressupostos negativos legais para o seu enquadramento, estabelecidos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar 123/06. - O ato levado a efeito pela autoridade coatora violou direito líquido e certo da impetrante, dando azo ao refazimento parcial do certame, ante a declaração de nulidade do julgamento das propostas apresentadas. (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.21.004992-0/001, Relator(a): Des.(a) Moacyr Lobato, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/04/2021, publicação da súmula em 28/04/2021. Grifamos)

Destarte, há indícios de que a empresa recorrida supostamente participa de um GRUPO ECONÔMICO composto 04 (quatro) empresas, com faturamento bruto, somado, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), constituídas apenas e tão somente para, possivelmente

burlar a legislação e se favorecer indevidamente dos benefícios outorgados a ME/EPP's em certames licitatórios, o que se reveste de notória gravidade e pode inclusive configurar os crimes de frustração do caráter competitivo de licitação e fraude em licitação, tipificados nos arts. 337-F e 337-L da Lei 14.133/21. Eis as empresas em atividade contendo os sócios da licitante recorrida:

Cuidar Clin Ltda

Joao Paulo II De Souza (CPF/CNPJ: ***952786**) é Sócio-Administrador da empresa Cuidarclin (Cuidar Clin Ltda).

Data de entrada de Joao Paulo II De Souza na sociedade : 10/04/2018.

CNPJ: 30.153.095/0001-44

Razão social: Cuidar Clin Ltda

Nome fantasia: Cuidarclin.

Situação Cadastral: ATIVA.

Endereço: Rua Honorio Lopes, 30, Andar 3
Centro, Rio Vermelho,
MG, CEP 39170-000, Brasil

Capital social: R\$ 50.000,00.

Atividade econômica : **Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (8630503).**

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada (2062).

Simple Nacional: Optante pelo Simple.

Data de abertura: 10/04/2018

Telefone de contato: (33) 34361187 / (33) 34361133 / FAX : (33) 34361380

E-mail: RIVERCONTABILIDADE@OI.COM.BR

Joao Paulo II de Souza & Cia Ltda

Joao Paulo II De Souza (CPF/CNPJ: ***952786**) é Sócio-Administrador da empresa Super River Supermercado (Joao Paulo II de Souza & Cia Ltda).

Data de entrada de Joao Paulo II De Souza na sociedade : 26/04/2013.

CNPJ: 02.522.711/0001-51

Razão social: Joao Paulo II de Souza & Cia Ltda

Nome fantasia: Super River Supermercado.

Situação Cadastral: ATIVA.

Endereço: Rua Ana Senhorinha Dos Santos, 149, Chapadinha, Rio Vermelho,
MG, CEP 39170-000, Brasil

Capital social: R\$ 20.000,00.

Atividade econômica : **Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns (4712100).**

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada (2062).

Faturamento: Até R\$240.000,00.

Número de funcionários: Até 9 Funcionarios (Me).

Porte: Micro Empresa.

Simple Nacional: Optante pelo Simple.

Data de abertura: 28/04/1998

Telefone de contato: (33) 34361187

E-mail: VETO@SAMBA.NET.BR

Núcleo de Especialidades Medicas Cuidar Mais Eireli

Joao Paulo II De Souza (CPF/CNPJ: ***952786**) é Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil da empresa **Núcleo de Especialidades Medicas Cuidar Mais (Núcleo de Especialidades Medicas Cuidar Mais Eireli)**.

Data de entrada de Joao Paulo II De Souza na sociedade : 02/03/2021.

CNPJ: 41.048.714/0001-57

Razão social: **Núcleo de Especialidades Medicas Cuidar Mais Eireli**

Nome fantasia: Nucleo de Especialidades Medicas Cuidar Mais.

Situação Cadastral: ATIVA.

Endereço: Rua Marcal Barbalho, 12, Centro, Virginópolis,
MG, CEP 39730-000, Brasil

Capital social: R\$ 120.000,00.

Atividade econômica : **Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (8630503)**.

Natureza jurídica: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária) (2305).

Simples Nacional: Optante pelo Simples.

Data de abertura: 02/03/2021

Telefone de contato: (33) 34361187

E-mail: RIVERCONTABILIDADE@GMAIL.COM

Laboratorio Ventura Batista Ltda

Priscila Alves Pereira Batista (CPF/CNPJ: ***866366**) é Sócio-Administrador da empresa **Laboratorio Biolab (Laboratorio Ventura Batista Ltda)**.

Data de entrada de Priscila Alves Pereira Batista na sociedade : 06/12/2011.

CNPJ: 10.683.168/0001-00

Razão social: Laboratorio Ventura Batista Ltda

Nome fantasia: Laboratorio Biolab.

Situação Cadastral: ATIVA.

Endereço: Praça Nossa Senhora Da Pena, 66, Loja: B,
Centro, Rio Vermelho,
MG, CEP 39170-000, Brasil

Capital social: R\$ 15.000,00.

Atividade econômica : Laboratórios clínicos (8640202).

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada (2062).

Faturamento: Até R\$240.000,00.

Número de funcionários: Ate 9 Funcionarios (Me).

Porte: Micro Empresa.

Simples Nacional: Optante pelo Simples.

Data de abertura: 09/03/2009

Telefone de contato: (33) 34361187

E-mail: VETO@SAMBANET.BR

Cuidar Clin Ltda

Priscila Alves Pereira Batista (CPF/CNPJ: ***866366**) é Sócio-Administrador da empresa Cuidarclin (Cuidar Clin Ltda).

Data de entrada de Priscila Alves Pereira Batista na sociedade : 10/04/2018.

CNPJ: 30.153.095/0001-44

Razão social: Cuidar Clin Ltda

Nome fantasia: Cuidarclin.

Situação Cadastral: ATIVA.

Endereço: Rua Honorio Lopes, 30, Andar 3

Centro, Rio Vermelho,

MG, CEP 39170-000, Brasil

Capital social: R\$ 50.000,00.

Atividade econômica : Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (8630503).

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada (2062).

Simples Nacional: Optante pelo Simples.

Data de abertura: 10/04/2018

Telefone de contato: (33) 34361187 / (33) 34361133 / FAX : (33) 34361380

E-mail: RIVERCONTABILIDADE@OI.COM.BR

Assim, **deve essa administração proceder diligências junto aos órgãos governamentais competentes a fim de apurar a receita**, inclusive mensal da empresa recorrida e demais empresas que contêm seus sócios, e sua exclusão do tratamento jurídico diferenciado de ME/EPP nos termos do § 9.º do art. 3.º da LC 123/06 e, confirmados os fatos, proceder ao provimento do recurso para desclassificar a empresa recorrida, declarar como vencedora a empresa ora recorrente no que se refere ao item n.º 04, com os demais trâmites legais.

DOS PEDIDOS

ANTE O EXPOSTO, requer:

1) PRELIMINARMENTE, nos termos do §2.º do art. 109 da Lei 8.666/93 c/c art. 9.º da Lei 10.520/02, seja concedido EFEITO SUSPENSIVO ao presente recurso, uma vez que diante dos flagrantes erros e ilegalidades constatados, sua continuidade pode acarretar prejuízos ao ora recorrente.

2) Após o prazo de contrarrazões, **que o(a) ilustre pregoeiro(a), receba, examine e, em juízo de retratação, reconsidere a decisão recorrida**, para:

a) Em razão de ter apresentado proposta em desacordo com os itens 6.1.1, 6.1.1.1 e 6.1.2 do edital, invalidar a decisão que classificou a proposta da empresa CUIDAR CLIN LTDA-ME e desclassificá-la, tornando sem efeitos, consequentemente, os atos subsequentes que a declararam vencedora do item 4 e a habilitaram.

b) Em razão da obrigatoriedade editalícia e legal de apresentação do documento de habilitação fiscal previsto no item 7.2.2.2 do edital, reformar a

decisão que dispensou a licitante CUIDAR CLIN LTDA de apresentar o documento exigido pelo art. 29, II, da Lei 8.666/93, determinando sua inabilitação, uma vez que não faz jus ao prazo de regularização do art. 43, §1.º da LC 123/06 por integrar grupo econômico.

c) **Invalidar a decisão que concedeu o benefício do art. 43, §1.º da LC 123/06 à empresa CUIDAR CLIN LTDA, e todos os atos subsequentes, por violação ao previsto no art. 3.º, II c/c §§ 2.º, 4.º e 9.º da LC 123/2006**, e consequentemente inabilitar a empresa recorrida por não apresentar certidão de débitos federais vigente, declarar como vencedora do item n.º 04 a empresa ora recorrente, 3S SOLUÇÕES MÉDICAS S/A, com os demais trâmites legais.

3) Caso o(a) pregoeiro(a) não se retrate, que determine a remessa do recurso e dos autos, devidamente informados, à autoridade superior competente para julgar o recurso.

4) Sejam realizadas **diligências** junto aos órgãos governamentais competentes (receitas federal e estadual, junta comercial, etc.), a fim de apurar se a receita bruta da empresa recorrida, somada à das demais que possuem sócios em comum, está dentro do limite máximo mensal para seu enquadramento nos benefícios do tratamento jurídico diferenciado às ME/EPPs, inclusive para efeito do prazo previsto no art. 43, § 1.º da LC 123/06 para regularização de documentação fiscal.

5) NO MÉRITO, **seja dado provimento ao presente recurso administrativo**, para reformar integralmente a decisão que classificou, declarou vencedora do item 4 e habilitou a empresa CUIDAR CLIN LTDA nos autos do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 048/2021, a fim de excluí-la do certame por violação aos itens os itens 6.1.1, 6.1.1.1, 6.1.2 e 7.2.2.2 do edital.

6) Encaminhe **cópia dos autos ao Ministério Público Federal e à Receita Federal**, para que se apure a possível prática de **crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal** pela empresa CUIDAR CLIN LTDA e seus sócios.

Nestes termos pede deferimento.

De Contagem/MG, 05 de novembro de 2021.

3S SOLUÇÕES MÉDICAS S/A

p/ Cássio Pena Rodrigues